

A Saúde nos Media
Representações do Sistema de Saúde
e das Políticas Públicas na Imprensa Escrita Portuguesa

Pedro Alcântara da Silva

A SAÚDE NOS MEDIA

REPRESENTAÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE
E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPRENSA ESCRITA
PORTUGUESA



LISBOA, 2011

© Pedro Alcântara da Silva, 2011

Pedro Alcântara da Silva
A Saúde nos Media. Representações do Sistema de Saúde e das Políticas Públicas
na Imprensa Escrita Portuguesa

Primeira edição: Outubro de 2011
Tiragem: 700 exemplares

ISBN: 978-989-8536-02-0
Depósito legal:

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10)
Concepção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Gonçalo Praça e Helena Soares
Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objecto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	xi
Prefácio	xv
Introdução	1
1 A visibilidade da saúde nos <i>mass media</i>	9
Os sistemas de saúde e os cuidados médicos.....	13
Legitimidade e confiança: o papel dos <i>mass media</i> na representação do sistema de saúde	22
A medicina e a prática médica	30
Progresso científico e tecnológico.....	34
A promoção da saúde: individualização da saúde e da doença	37
2 Configuração e organização do sistema de saúde português	45
3 Evolução político-social do sistema de saúde entre 1985 e 2004	55
Período de 1985 a 1995: a regionalização do SNS e o novo papel para o sector privado	56
Período de 1996 a 2002: a “nova gestão pública” para a reforma do SNS.....	59
Período de 2002 a 2004: a continuidade das medidas políticas anteriores e definição dos papéis dos sectores público, privado e social	64
4 Intensidade da cobertura e caracterização do trabalho editorial	71
Definição do corpus de análise	74
Intensidade informativa	77
Organização editorial	79
Formato	81
Autoria	83
Dimensão do espaço ocupado.....	84
Característica do discurso.....	86

	Ilustrações.....	87
	A geografia do sistema de saúde.....	88
5	A tematização do sistema de saúde	91
	Assuntos laborais e recursos humanos.....	93
	Política de saúde e administração do sistema	95
	Infra-estruturas, equipamentos e recursos técnicos	100
	Acesso e funcionamento do sistema	101
	Sector farmacêutico e medicamentos.....	103
	Gestão económica e financeira	103
	Ciência e tecnologia	104
	Negligência médica e dos serviços.....	106
	Assuntos socioprofissionais.....	107
	Formação de recursos humanos	107
	Promoção da saúde e prevenção da doença	108
	Enfoque individual	109
6	Protagonistas no espaço público da saúde	113
	A visibilidade dos actores	113
	Poderes de Estado e instituições públicas.....	118
	Utentes, sociedade civil e instituições privadas.....	123
	Interesses financeiros e comerciais.....	126
	Unidades públicas de prestação directa de cuidados de saúde	128
	Unidades privadas de prestação directa de cuidados de saúde	119
	Unidades sociais de prestação de cuidados de saúde.....	130
	Profissionais de prestação directa de cuidados de saúde	131
	As fontes jornalísticas sobre saúde.....	133
7	Títulos jornalísticos sobre a saúde e o sistema de saúde	141
	Actores nos títulos.....	141
	Valoração dos títulos.....	147
8	Avaliações e interpelações (relações entre actores)	151
	Avaliação entre actores.....	152
	Solicitações entre actores.....	159
9	O sistema de saúde nas primeiras páginas	167
	Atenção atribuída	168
	Conteúdo informativo	173
	Tematização do sistema de saúde.....	174
	Protagonistas no espaço público da saúde	176
	Avaliações e solicitações.....	177

10	Tendência valorativa da informação sobre o sistema de saúde.....	181
	Conclusão.....	187
	Bibliografia.....	195

Prefácio

Quando, em 2010, o Doutor Pedro Alcântara da Silva prestou provas de doutoramento, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com a tese *A Saúde nos Mass Media. Representações da Saúde, do Sistema de Saúde e das Políticas Públicas de Saúde na Imprensa Escrita Portuguesa (Análise Longitudinal de 1990 a 2004)* afirmei, como membro do júri, que a tese deveria ser vertida para livro. Porquê? Desde logo, pelo seu ineditismo. O tema é frequentemente referido, quer por analistas das políticas e dos sistemas de saúde, quer por profissionais da comunicação social, mas de forma impressionista, sem base científica significativa. Depois, porque, do lado das universidades, o tema alastra para várias escolas, para várias formações académicas e profissionais, em momentos de pré e pós-graduação. Finalmente, pela sua qualidade. É um texto bem estruturado, constitui um trabalho relevante, faz uma análise séria e completa do sistema de saúde na sua relação com a comunicação social e, aspecto muito importante, dá gosto lê-lo.

Passado um pouco mais de um ano, convido-vos, pois, a ler este livro.

De que trata o livro do Doutor Pedro Alcântara da Silva? Trata da forma como a comunicação social vê e analisa o tema da saúde. E qual o conceito de saúde utilizado? O do funcionamento do sistema de saúde e dos serviços que prestam cuidados, o da prática médica e dos seus actores, o do progresso científico e tecnológico.

Depois de caracterizar o sistema de saúde e a evolução das políticas de saúde em Portugal, o Doutor Pedro Alcântara da Silva analisa a cobertura que tem sido dada aos temas da saúde por três órgãos de comunicação social escrita — os jornais *Público*, *Correio da Manhã* e *Expresso*.

O autor utiliza uma categorização dos diferentes temas veiculados pela imprensa escrita, encontrando resultados que apontam para uma visibilidade social eminentemente negativa da saúde, permitindo interpretar o seu papel no desfaseamento entre a imagem negativa que a maioria dos cidadãos diz ter do sistema de saúde e a avaliação positiva dos cuidados de saúde percebida pelos utilizadores.

A comunicação social assume um espaço de síntese de interesses diversos — políticos, económicos, científicos, culturais —, perante os quais o jornalista é um intérprete e um mediador. Interpreta os factos que procura ou que chegam até si, de

acordo com as suas convicções ideológicas e o seu grau de conhecimento das matérias. Quanto maior for a sua liberdade e maior o seu conhecimento, maior será a probabilidade de a notícia traduzir, seriamente, a complexidade da situação relatada. O jornalista é, também, um mediador entre os actores da saúde e o público, des-codificando para os leitores o que vê e o que lhe transmitem.

Mas, hoje em dia, a imprensa escrita é apenas um dos recursos que os cidadãos têm ao dispor para perceberem a saúde. A informação e a opinião estão disponíveis a partir de fontes e de canais diversos. O cidadão procura informação sobre saúde através das formas tradicionais de comunicação escrita, mas, também, através da internet e da televisão. E esta relata, em especial, temas relacionados com o sistema e com as políticas de saúde e as práticas médicas (incluindo a negligência médica), que são, também, os temas dominantes na investigação do Doutor Pedro Alcântara da Silva.

Este livro coloca-nos perante uma realidade em rapidíssima mutação e as respostas que nos são dadas satisfazem a curiosidade e o interesse técnico e científico dos leitores. Contudo, outras perguntas se colocam.

A primeira é a da importância da comunicação social escrita. Vai manter-se ou perderá peso a favor de formas alternativas que já hoje entraram na rotina dos portugueses? Qual o peso relativo, na formação da opinião dos cidadãos sobre saúde, da comunicação social escrita (e de entre esta, o peso de cada um dos jornais para cada uma das tipologias de leitores), da televisão, da internet e de outras formas de tecnologias de informação e comunicação, como os blogues?

A segunda é a mutação dos temas, ao longo do tempo, dentro do sector da saúde. O tema da sustentabilidade financeira do sistema de saúde e, em particular do Serviço Nacional de Saúde, constitui tema central a partir do início deste século e, mais pertinente, neste final de primeiro semestre de 2011. O tema das parcerias público-privadas ou o da intervenção de outros actores, como a Entidade Reguladora da Saúde, são da maior actualidade, também.

A pergunta é, pois, legítima. Vai resistir, no futuro, um modelo de análise da saúde na comunicação social que se cinge aos jornais? A resposta provável residirá no alargamento do campo da análise a outras formas, cada vez mais disseminadas, de transmissão de informação e conhecimento.

Este livro clarifica as nossas percepções, ordena o raciocínio pelo enquadramento metodológico que nos oferece e pelos resultados que nos disponibiliza. Vai ser, estou seguro, de leitura obrigatória para as escolas que ensinam saúde, para quem a presta, para quem a interpreta, para quem a analisa, para quem a decide.

Jorge Simões

Introdução

O interesse em estudar a cobertura do sistema de saúde efectuada pela imprensa escrita surgiu aquando da realização do projecto *Saúde e Doença em Portugal — Inquérito aos Comportamentos e Atitudes da População Portuguesa Perante o Sistema Nacional de Saúde* (Cabral, Silva e Mendes, 2002). Um dos principais resultados deste estudo foi a observação de diferenças estatisticamente significativas nas avaliações que os portugueses faziam dos vários níveis da prestação dos cuidados de saúde, entre aqueles que tinham experiência directa do sistema, isto é, que recorriam efectivamente a esses cuidados, e aqueles que não possuíam qualquer experiência de utilização (quer os próprios, quer através de familiares próximos), assumindo estes últimos uma atitude muito mais crítica em relação ao funcionamento dos diversos serviços de saúde do que os primeiros, que manifestavam níveis de satisfação superiores.¹

Estes resultados apontavam, assim, para uma hipotética influência da comunicação social que, através da informação veiculada sobre os diversos assuntos relacionados com o sistema de saúde, mediaría e formaria a opinião dos não-utentes, que como tal não beneficiavam da experiência directa dos diversos serviços dos cuidados de saúde. Importava pois conhecer as características dessa informação, procedendo a uma análise suplementar que, embora muito limitada e de carácter exploratório, pois apenas abrangeu o período durante o qual decorrer a aplicação do questionário, apontou para algumas pistas que valia a pena aprofundar com o desenvolvimento de um projecto de investigação mais sustentado, fazendo uso de um enquadramento analítico e de uma metodologia mais elaborados para um período alargado de observação.² Em particular, quando é

1 Esta diferença avaliativa voltou a ser corroborada num outro nosso estudo mais recente, feito na continuidade desse trabalho anterior (Cabral e Silva, 2009).

2 A análise incidiu em informação publicada sobre os variados temas relacionados com o sistema de saúde nos diários *Diário de Notícias e Público* e no semanário *Expresso*, durante o período que mediou o início do estudo e o final da aplicação do questionário à população portuguesa, isto é, entre 1 de Março e 31 de Junho de 2001 (ver “capítulo 2: A Saúde e o Sistema de Saúde na Comunicação Social Portuguesa”, em Cabral e outros, 2002).

manifesta a falta de estudos consistentes internacionais, já para não falar em Portugal, onde não se conhece nenhum, sobre as representações que a comunicação social transmite acerca dos vários temas associados ao funcionamento do sistema de saúde na sua globalidade e aos serviços que prestam os cuidados médicos. Os temas abrangidos vão desde as políticas de saúde e administração do sistema, ao acesso e funcionamento, à gestão económica e financeira do sistema ou de unidades de saúde, às infra-estruturas, equipamentos e recursos técnicos, aos temas laborais e socioprofissionais, passando pela formação de recursos humanos, pelos assuntos sobre a negligência médica e de serviços, pelo sistema farmacêutico e medicamentos, pela prevenção e promoção da saúde e pelos temas sobre ciência e tecnologia, bem como pelas “estórias” com enfoque individual relacionado com a saúde e a doença.

Com efeito, salvo raras excepções, boa parte dos estudos sobre a saúde nos *mass media* referem-se a temas específicos e parciais (*single-topic studies*), e não permitem fazer uma análise global da forma como os *mass media* tratam o sector da saúde, pois adoptam múltiplas perspectivas de análise e metodologias (Seale, 2002: 25). Ainda menos estudos nos dão uma perspectiva de conjunto sobre o modo como o funcionamento dos sistemas de saúde e dos cuidados de saúde são tratados pelos *mass media* na sua complexidade e multiplicidade de temas e assuntos.

Os resultados encontrados nessa pequena monitorização, durante o curto período em análise, apontaram para uma visibilidade eminentemente negativa conferida pelos meios de comunicação social ao sector da saúde. Foi neste contexto que se interpretaram muitos dos resultados encontrados no inquérito, sendo de salientar o impacto dos *mass media* na enorme importância atribuída pela população portuguesa às questões da saúde e, simultaneamente, o elevado grau de desfasamento entre a imagem mediática negativa do sector e a avaliação tendencialmente positiva dos cuidados de saúde feita pela maioria dos inquiridos, em especial aqueles com maior experiência do funcionamento do sistema (Cabral e outros, 2002).

Interessava então apurar, no quadro de uma nova investigação, se tais características informativas encontradas e os valores a elas associados se sustentavam no tempo cumulativamente, complementando o estudo com outras dimensões de análise e variáveis relevantes para o apuramento do contexto global mediático relativo à saúde. Como se daria a evolução da informação sobre o sistema de saúde na imprensa num espaço de tempo alargado? Qual o protagonismo dos diversos actores e como se relacionam entre eles no espaço público? Como evoluiriam os diversos temas, os enquadramentos interpretativos e os valores associados? Como se organiza o trabalho jornalístico em torno desses assuntos, em termos de destaques e desenvolvimentos? Em suma, o conhecimento que pode ser obtido sobre a cobertura que os *mass media* fazem do sistema de saúde é importante por si só, enquanto objecto de análise e dos resultados e conclusões que podem produzir, mas também enquanto variável contextual para outros estudos que envolvam a apreensão de comportamentos e atitudes perante o sistema de saúde, bem como para os processos e enquadramentos relacionados com as políticas públicas, entre outros domínios relacionados com a saúde e a doença, onde a comunicação social possa assumir um papel importante de mediação.

Com efeito, dada a centralidade que os *mass media* assumem nas sociedades contemporâneas, enquanto produtores de informação e formadores de opinião, é lícito considerar que detêm um papel crucial nas representações que os portugueses têm do sistema de saúde, do seu funcionamento global e dos diferentes serviços que prestam os cuidados médicos que dele fazem parte, dos profissionais que nele trabalham e dos mais variados actores que com ele se relacionam, bem como da política associada ao sector, entre muitos outros assuntos. Esta assunção assenta nas teorizações mais recentes, que sustentam e, de certa forma, justificam o interesse do tipo de estudo que aqui se apresenta, nomeadamente a teoria dos efeitos cumulativos a longo prazo e a função de agendamento (a hipótese de *agenda-setting*) em relação à capacidade que os meios de comunicação detêm para conferir visibilidade pública e graus de importância a determinados temas e enquadramentos (*framing* ou *attribute agenda-setting*), tendo em conta também os processos relativos à organização do trabalho jornalístico e aos valores a este associados na construção e difusão da informação noticiosa (Entman, 1993; Gans, 1979; Jasperson, e outros, 1998; Kiousis e McCombs, 2004; Lopez-Escobar, e outros, 1998; McCombs, 1996; McCombs e Shaw, 1993; McCombs e Shaw, 2000; Saperas, 1994; Takeshita, 2006; Traquina, 1995; Wolf, 1995). Com efeito, os estudos no âmbito do agenda-setting ganham cada vez mais importância em número e relevância explicativa, pelo papel fundamental que os meios de comunicação de massa assumem na disseminação da informação no mundo contemporâneo e pela forma como constroem e estruturam esse mesmo mundo que é dado a conhecer aos indivíduos. Desde a década de 1970, centenas de estudos têm sido realizados tendo como eixo analítico a hipótese do agenda-setting. Os seus resultados e conclusões têm demonstrado que a influência dos *mass media* sobre o público é de facto inegável e relevante (Roessler, 1999), tendo não só o poder de enunciar os assuntos sobre os quais este deve pensar, como também a capacidade de influenciar a forma como esses temas devem ser pensados (McCombs e Shaw, 1993).³

A extensão da provisão dos cuidados de saúde fornecidos pelos sistemas nacionais influencia a forma como os indivíduos definem o seu estado de saúde e o comportamento no acesso ao sistema, assim como as atitudes perante a doença, os cuidados de saúde e o funcionamento do sistema. O processo de “medicalização” generalizada, seja das sociedades (Moynihan e Smith, 2002), seja da existência individual (Lecourt, 1997), propicia elevadas expectativas em relação aos níveis de saúde das populações e aos cuidados de saúde, em países com sistemas de saúde e de segurança social desenvolvidos. No entanto, deve ter-se em conta que a definição do estado de saúde (objectivamente diagnosticado ou subjectivamente percebido) e os comportamentos e atitudes em relação à saúde e ao sistema de saúde não são determinados apenas pelas características do próprio sistema de cuidados, mas também pelos valores culturais de uma sociedade: a configuração do sistema

3 A contextualização histórica da evolução dos vários paradigmas predecessores e as teorizações mais actuais sobre os efeitos mediáticos e a formação de opinião são discutidas em detalhe no capítulo 1 da dissertação de doutoramento que constitui a base da presente publicação (Silva, 2009).

pode ser ela própria expressão dos valores dominantes numa dada sociedade, em relação aos quais os *media* assumem um papel determinante na sua disseminação e legitimação.

Muito do conhecimento e da percepção que a população possui do funcionamento do sistema de saúde e dos cuidados médicos em Portugal depende amplamente das representações que a comunicação social transmite, quer pela centralidade que os meios de comunicação assumem na vida de cada pessoa — enquanto principal ou até única forma de acesso a determinadas realidades sociais —, quer pela óbvia relevância que a saúde e a doença se reveste para qualquer pessoa, num processo simbiótico onde os *mass media* devem ser entendidos, simultaneamente, enquanto produto e produtores do meio social em que operam.⁴ Com efeito, de forma geral, as representações e o conhecimento que os indivíduos têm da saúde e das instituições que administram politicamente e regulam as actividades no sector da saúde ou os diferentes níveis de serviços que prestam os cuidados médicos às populações, ou ainda de outras entidades cujas actividades se relacionam directa ou indirectamente com o sector da saúde, não assentam, na maioria dos casos, na experiência directa que poderiam ter delas, nem mesmo na experiência de pessoas que fazem parte das suas redes sociais (Ling e outros, 1992; Mechanic, 2005). São, sim, fundamentalmente construídas com base no que lhes é transmitido pelos meios de comunicação social, que não só contribuirá para formarem as atitudes e opiniões sobre essas instituições como terá interferência nos seus comportamentos. Com efeito, os indivíduos necessitam de obter informação sobre os diversos assuntos relacionados com o sector da saúde e suas instituições, a qual poderá limitar ou ampliar as suas escolhas e ajudá-los a tomar decisões, desde as que se relacionam com as políticas de saúde às questões médicas propriamente ditas de carácter curativo ou preventivo (Kline, 2003; Mechanic, 2005).

De facto, senão existirem processos de comunicação, a opinião, seja pública ou privada, não se forma. Mas se a realidade socialmente construída dos indivíduos depende dos sistemas e das modalidades de comunicação, estes por sua vez dependem dos sistemas sociais e culturais, dos quais fazem parte agentes sociais que se posicionam no campo mediático de forma a fazer passar as suas mensagens. De acordo com Adriano Duarte Rodrigues (1984), os *mass media* autonomizaram-se pela construção da sua legitimação nas sociedades democráticas. É essa legitimidade que os torna o meio por excelência da mediação dos muitos outros campos autónomos, o que possibilita que as contradições e divergências entre cada um desses campos possam ser geridas em conformidade com os interesses dominantes que ocupam o topo da hierarquia social, remetendo-nos para aquilo que Villaverde Cabral (1997), usando a terminologia de Luhmann (1989b), designa como a “ressonância”, isto é, o regime de *inputs-outputs* comunicacionais entre os principais sub-sistemas de uma dada sociedade.

4 Em 2001, para as pessoas que estão em situação de doença, além dos próprios médicos e enfermeiros, a comunicação social é a principal fonte de informação dos portugueses sobre saúde, surgindo depois a família e os amigos e, finalmente, as revistas especializadas sobre saúde (Cabral e outros, 2002).

Os *mass media*, como refere José Luís Garcia (1995: 192), assumem-se, assim, no quadro de um processo permanente de afirmação da sua autonomia enquanto instâncias mediadoras, por um lado, como “instituições que detêm o poder da confluência e reorganização do universo de diferentes subsistemas, grupos de interesse e respectivos temas na busca da publicitação e da notoriedade pública com que pretendem conseguir o poder político, económico, cultural, científico ou outro” e, por outro lado, “como instâncias de efectivação do controlo de diversas actividades, nomeadamente a actividade política no quadro das insuficiências do controlo parlamentar e dos processos plurais de legitimidade horizontal do poder de Estado”.

Assim, para se compreender aquilo que é veiculado pela comunicação de massas e os seus efeitos, esta deve ser entendida enquanto circuito que inclui os *media*, o público e outras instituições sociais, como aquelas que estão ligadas ao governo, partidos políticos, grupos profissionais, associações e empresariado, entre outras, ao mesmo tempo que os órgãos de comunicação social estão sujeitos às exigências institucionais das próprias organizações mediáticas (Eldridge, 1993). Para entender o conteúdo da cobertura mediática dos assuntos ligados à saúde é preciso ter em conta o circuito total da comunicação e a relação entre os vários elementos que fazem parte desse universo; uma vez feito isso, torna-se mais inteligível o papel activo dos *mass media* a construir narrativas e significados para representar o sector da saúde.

O presente livro começa por abordar a relação entre os *mass media* e a saúde, a medicina e os cuidados médicos (capítulo 1), analisando-se a crescente relevância atribuída a estes temas e as principais características dos conteúdos informacionais que lhe estão associadas, num contexto de mudança no campo mediático. Realizado este primeiro enquadramento, abordar-se-ão quatro linhas temáticas que normalmente surgem na literatura de forma relativamente autónoma, mas que são centrais para o objecto da presente investigação e que, em conjunto, ajudarão a enquadrar e compreender a cobertura do sistema de saúde e das políticas públicas a ele associadas em Portugal. Desde logo, a forma como a comunicação social cobre especificamente os assuntos sobre o funcionamento dos sistemas de saúde e os serviços que prestam os cuidados médicos: identificam-se e analisam-se aqui as principais tendências relativas às representações mais difundidas e os enquadramentos interpretativos mais veiculados, tendo em conta as dinâmicas sociais e políticas que lhes estão subjacentes, assim como os valores sociais, mediáticos e jornalísticos latentes que orientam a selecção e a apresentação dessa informação em sociedades com sistemas de saúde públicos semelhantes ao português.

Para além da informação veiculada sobre os assuntos relacionados directamente com o funcionamento dos sistemas de saúde e dos serviços que prestam os cuidados médicos, deve também ser tida em conta, mais especificamente, a forma como a medicina e a prática médica se têm relacionado com o campo mediático e como estão representadas nos *mass media*, na medida em que também condicionam a escolha e a abordagem que são feitas no campo mediático de muitos desses assuntos, assim como dos enquadramentos mais difundidos acerca do sistema de saúde e do protagonismo que atribuem a determinados actores. Outra linha temática

que deve ainda ser tida em conta é a forma como o progresso científico e tecnológico tem sido apropriado e difundido pela comunicação social, num processo simbiótico entre os campos mediático, científico e industrial/comercial, onde a ideia de progresso organiza, enquanto enquadramento interpretativo, muita da tematização mediática sobre a saúde, absorvendo a investigação e a tecnologia médica boa parte da atenção dos órgãos de comunicação social. Por fim, analisar-se-á a promoção da saúde e a individualização da saúde e da doença na comunicação social, enquanto espaço privilegiado de divulgação de hábitos de saúde e estilos de vida saudáveis, sem que no entanto se deixe de encontrar aspectos contraditórios e contraproducentes no papel assumido pelos *mass media* em relação a esta finalidade.

Após este enquadramento prévio, faz-se no capítulo 2 uma apresentação genérica da configuração do sistema de saúde nacional, no que se refere aos vários sectores, serviços, organizações e instituições que o constituem e a forma como se articulam entre si na prestação de cuidados de saúde à população. Por sua vez, no capítulo 3 é traçada a evolução das principais medidas políticas no âmbito do sistema de saúde português de 1985 a 2004, dividida em três fases que correspondem aos ciclos governativos vigentes nesse período, de forma a melhor compreender os factores que mais têm influenciado o seu desenvolvimento e configuração actual, assim como a expressão que têm tido na comunicação social ao longo do tempo. Ambos os capítulos têm como objectivo enquadrar a cobertura do sistema de saúde português feita pela comunicação social, na medida em que, por um lado, a maior ou menor relevância mediática e pública que é dada a determinados temas, organismos, unidades de saúde e grupos profissionais decorre, sobretudo, da forma como o sistema de saúde e a prestação dos cuidados médicos estão organizados e, por outro lado, a visibilidade de algumas temáticas e os debates sobre determinados problemas do sistema de saúde na imprensa devem ser entendidos tendo em conta a identificação das forças e dinâmicas por detrás dessa visibilidade. Para isso, há que identificar e compreender os ciclos políticos e as respectivas agendas, bem como os processos que os envolvem em termos da implementação das medidas e possíveis consequências e reacções, tanto da parte do público como dos parceiros sociais.

Depois desta breve caracterização do funcionamento do sistema de saúde e das políticas públicas a ele associadas, analisar-se-á a cobertura que tem sido feita do sistema de saúde português na imprensa escrita de 1990 a 2004, o que corresponde aos últimos 15 anos de existência do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo sido a pesquisa empírica realizada em 2005 e 2006. Depois da necessária explicação metodológica que determinou a delimitação do *corpus* constituído por artigos informativos de três relevantes órgãos de comunicação social (*Público*, *Correio da Manhã* e *Expresso*) e a orientação da respectiva análise, começa-se por verificar a relevância informativa que a comunicação social tem atribuído ao sistema de saúde ao longo do período em análise (capítulo 4), quer em termos da evolução da intensidade da cobertura, quer em termos da caracterização do trabalho editorial dedicado a esta área do social. Realizada esta análise relativa à organização e destaque editorial dados à saúde em termos gerais, procede-se à identificação da tematização da área da saúde, onde se propõe uma categorização dos diferentes assuntos

veiculados, com a respectiva descrição e aprofundamento analítico de cada um dos temas (capítulo 5), bem como o protagonismo assumido pela ampla variedade de tipos de actores no espaço público (capítulo 6), quer na visibilidade que lhes é conferida, quer no recurso que deles fazem enquanto fontes jornalísticas sobre saúde. Pela importância editorial e informativa de que se revestem os títulos jornalísticos, é ainda dedicado um pequeno capítulo à análise específica do conteúdo desse segmento noticioso, bem como da tendência retórica que desde logo transmitem relativamente ao funcionamento do sistema de saúde (capítulo 7).

Seguidamente, analisa-se a forma como os actores ligados ao sector da saúde se relacionam entre si no espaço público mediatizado, no que se refere à forma como os diferentes grupos de pressão avaliam a actuação de outras entidades e actores, bem como relativamente à forma como expõem as suas reivindicações e chamam a si a atenção pública para os problemas e apresentam soluções que gostariam de ver aplicadas (capítulo 8). Terminado o estudo das características da globalidade da informação publicada, um capítulo é ainda dedicado especificamente à análise da visibilidade do sistema de saúde nas primeiras páginas, quer pela importância editorial que lhes é conferida em cada órgão de informação na imprensa escrita e os assuntos que nelas são destacados, quer pelo carácter apelativo na sua relação com o público, sendo a lógica expositiva e analítica a mesma que foi utilizada para todo o *corpus* (capítulo 9). Finalmente, termina-se com uma análise da tendência valorativa da informação veiculada sobre o sistema de saúde, que resulta dos diversos elementos que a caracterizam e que foram sendo expostos ao longo do trabalho, constituindo-se, por assim dizer, como pré-conclusão que permite resumir, em termos globais, a imagem transmitida ao público com base nos “valores-notícia” associados aos diversos assuntos da saúde (capítulo 10).

Toda a análise será sempre desenvolvida numa perspectiva evolutiva dentro do período em análise e comparativa — entre o chamado jornalismo de referência e popular —, sem prejuízo da inclusão de outras análises suplementares consideradas relevantes para cada momento do estudo, a fim de caracterizar a informação publicada sobre o sistema de saúde na imprensa escrita em Portugal.

A terminar, cabe-me o grato dever de agradecer muito sinceramente ao Professor Manuel Villaverde Cabral, com quem tenho a honra e o prazer de trabalhar há já uma década, pela orientação da dissertação de doutoramento que constitui a base deste livro. Para além do muito que tenho aprendido nos inúmeros projectos académicos em que o tenho acompanhado ao longo de todos estes anos, agradeço e reconheço sobretudo a sua amizade.

Embora de forma breve, não gostaria de deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos a quem me tem acompanhado e testemunhou de perto a evolução do trabalho que agora apresento. À Joana Ferreira, à Catarina Páscoa, ao Vítor Ferreira, ao João Limão, à Sofia Aboim, à Lia Pappamikail e à Jussara Rowland, pelo conforto da amizade, estímulo e confiança que sempre demonstraram.

Um agradecimento especial ao Hugo Mendes, não só pela sua amizade e companheirismo, como pelos conselhos e discussões profícuas de que este trabalho também pôde usufruir.

Cumpre-me ainda agradecer a indispensável colaboração das doutoras Catarina Vilhena Páscoa e Sofia Amândio, na organização e codificação parcial do material empírico.

Agradeço finalmente ao Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — Instituto Universitário de Lisboa, por ter acolhido o projecto de doutoramento agora publicado; à Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e do Ensino Superior pela Bolsa de Doutoramento concedida; e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde tenho desenvolvido trabalho de investigação desde há vários anos, pelos recursos disponibilizados e pelo ambiente intelectual e académico que proporciona.